

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissão
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 30/8/2018

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

André Quintão – Anselmo José Domingos – Cabo Júlio – João Leite – João Vítor Xavier – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h13min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 4 de setembro, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 4/9/2018.).

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/8/2018

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Atas – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.301/2018; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; não recebimento de emendas do deputado Sargento Rodrigues (3); encerramento da discussão; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite; votação nominal do projeto; aprovação – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.329/2018; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.909/2018; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.302/2018; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; votação do requerimento;

aprovação – Questões de Ordem – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.909, 5.301 e 5.329/2018; aprovação – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Paulo Guedes – Ricardo Faria – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

– O deputado João Magalhães, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.301/2018, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – V. Exa. poderia suspender a reunião por 2 minutos para buscarmos entendimento com o deputado Sargento Rodrigues?

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 5.301/2018**EMENDA**

Acrescente-se onde convier:

“Art. – O valor dos multiplicadores a que se refere o item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1999, que contém a Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado, modificado pela Lei nº 22.520, de 23 de junho de 2017, fica reajustado, a partir de 1º de maio de 2017, em 4,08% (quatro inteiros e oito centésimos por cento), nos termos do art. 37, X, da Constituição da República.

Parágrafo único – Em virtude da aplicação do índice previsto no *caput*, o quadro de multiplicadores da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos constante no item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 1999, modificado pela Lei nº 22.520, de 23 de junho de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo desta lei.

Art. – O disposto nesta lei não se aplica ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal e sejam reajustados na forma prevista no § 8º do mesmo artigo.”.

Sala das Reuniões, 22 de agosto de 2018.

Deputado Sargento Rodrigues (PTB), presidente da Comissão de Segurança Pública.

EMENDA

Dê-se nova redação ao art. 3º:

“Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, para atender a Pessoal e Encargos Sociais, dotação orçamentária do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, do grupo de despesas de Outras Despesas Correntes, da fonte de Recursos Ordinários, até o valor a que se refere o inciso II do art. 2º.”.

Sala das Reuniões, 22 de agosto de 2018.

Deputado Sargento Rodrigues (PTB), presidente da Comissão de Segurança Pública.

EMENDA

Dê-se nova redação ao art. 4º:

“Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Funemp –, até o limite de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), para atender a despesas de Investimentos e Custeio.”.

Sala das Reuniões, 22 de agosto de 2018.

Deputado Sargento Rodrigues (PTB), presidente da Comissão de Segurança Pública.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, deixou de receber três emendas do deputado Sargento Rodrigues por falta de pressupostos regimentais, nos termos do inciso II do art. 173, c/c o art. 204, do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, retirei o pedido de discussão da matéria, até para todos compreenderem, porque eu teria 1 hora para discutir. No encaminhamento, 10 minutos são suficientes para trazermos nossas manifestações em relação ao tema.

Primeiramente, queria desejar um bom dia a todas as deputadas e a todos os deputados desta Casa, cumprimentar o público que nos assiste pela TV Assembleia, ao vivo, neste momento, e agradecer a presença dos servidores do Poder Judiciário em nossas galerias. Eles estão aqui lutando para que seus projetos sejam pautados, especialmente o projeto que trata da data-base dos servidores.

Presidente, estamos aqui fazendo encaminhamento do Projeto de Lei nº 5.301/2018. Quero, mais uma vez, aproveitar para dizer aos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais que esperamos que eles tenham uma postura mais firme, mais contundente nas denúncias que temos levado para lá.

Não é a primeira vez que falo deste assunto, deputado João Leite. V. Exa. tem nos acompanhado há mais de dois anos na Comissão de Segurança Pública. Há cerca de dois anos e meio tenho sofrido ataques vindo de um coronel da Polícia Militar, chamado André Leão. Infelizmente, as 11 representações que fiz no Ministério Público, na Promotoria de Combate aos Crimes Cibernéticos, não tiveram um andamento processual à altura de tantos outros que o Ministério Público sempre investigou com muita rapidez. Espero, deputado João Leite, que com este último áudio, de 42min, em que o coronel André Leão e o ex-cabo da Polícia Militar, Sr. Berlinque Cantelmo, fazem diversas tratativas criminosas, o Ministério Público de Minas Gerais possa atuar da forma que atuava antes: combativo, com energia, com rapidez. E não é isso que temos visto no Ministério Público.

Mas quero, ainda, deputado João Leite, trazer aqui um outro fato em que precisamos da atuação do Ministério Público. Obviamente ele, agindo com rapidez, pode aportar os seus pedidos judiciais necessários ao Poder Judiciário, que da mesma forma também tem um projeto aqui com pedido de crédito suplementar. Sabemos, deputado João Leite, que, infelizmente, as Polícias Militar e Civil de Minas Gerais têm sido usadas como polícias políticas de Pimentel. O Ministério Público e o Poder Judiciário precisam estar atentos, deputado Bonifácio Mourão. A polícia está sendo usada como polícia política, e não é de hoje.

O deputado João Leite tem ocupado a tribuna desta Casa para trazer aqui os casos escandalosos do delegado-geral de polícia, chamado Rodrigo Bossi. É o delegado que pode tudo. Ora é chefe de departamento de fraudes, ora vai para delegacia de homicídios e passa a ouvir Marcos Valério naquela delegacia. Marcos Valério está cumprindo pena por ter feito parte do mensalão do PT, do mensalão de Lula.

Então, deputado João Leite, não podemos aceitar essa situação. O Ministério Público precisa intervir nas inúmeras tratativas e ações criminosas do delegado Rodrigo Bossi. Esse moço está passando de todos os limites. Onde está o Ministério Público combativo? É esse Ministério Público que queremos, que não permita que a polícia seja usada como polícia política, seja a militar ou a civil. Esperamos, deputado João Leite, que o Ministério Público possa ter as tratativas de imediato. Não foi por falta de a Comissão de Segurança Pública provocar. Já temos requerimentos aprovados e encaminhados ao Ministério Público de Minas Gerais.

Por fim, presidente, quero aqui deputados João Leite, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, líderes e vice-líderes da oposição nesta Casa, dizer que estamos aqui diante de duas suplementações orçamentárias: a de nºs 5.301, do Ministério Público e a nº 5.329, do Poder Judiciário de Minas Gerais. Deputado João Leite, hoje amanhecemos com a seguinte manchete do *Estado de Minas*: “R\$52,8 mil mensais. Juízes mineiros ganham acima da média nacional”. Olha, está chegando o momento, deputado João Leite, em que tanto o Poder Legislativo, e vou começar por ele, quanto o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas têm de dar uma parcela de sacrifício, senão o Estado não consegue romper essa inércia do desgoverno do PT em Minas Gerais. Do outro lado, os servidores públicos do Executivo estão amargando dois anos e nove meses de parcelamento de salário, quatro anos sem sequer terem a reposição da perda inflacionária. Por mais que eu entenda e seja conhecedor, do ponto de vista jurídico, que o orçamento se divida em duodécimos para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público e para o Poder Judiciário, e isso está previsto na Constituição da República, o caixa é um só, os impostos vão para um único caixa, a arrecadação é única. Então, não

podemos fazer essa discussão. A Assembleia tem feito o seu papel, tem cortado despesas. O deputado Adalclever Lopes fez um enxugamento e um grande corte no custeio da Assembleia, prejudicando, inclusive, as atividades parlamentares, de certa forma, diminuindo o alcance dos mandatos dos deputados, com cortes profundos em viagens e tantas outras coisas, mas o Ministério Público precisa fazer a sua parte.

O Poder Judiciário precisa fazer sua parte, assim como o Tribunal de Contas.

Deputado João Leite, queria deixar aqui claro que as eleições se aproximam, o dia 7 de outubro está se aproximando, e, em Minas Gerais, teremos um novo cenário. Entretanto, para isso, é preciso que o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público também façam sua parte, pois os servidores do Executivo não podem ser os únicos sacrificados. São quatro anos sem reposição da perda inflacionária, quase três anos de parcelamento de salários, com servidores e famílias endividados. Enquanto isso, nos outros Poderes e órgãos, o pagamento é no quinto dia útil e há reposição da perda inflacionária.

Não é possível continuar desse jeito. É necessário que haja o sacrifício de todos. E é bom que os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas comecem a pensar rapidamente em soluções internas, comecem a fazer cortes em seu custeio para evitar suplementações orçamentárias como essa em pauta. Com relação ao que hoje está na pauta, é preciso que o Ministério Público, o Judiciário e o Tribunal de Contas deem sua contribuição, senão fica muito simples: “Olhem, precisamos de mais dinheiro, vamos mandar um pedido de suplementação orçamentária para a Assembleia Legislativa, e lá os deputados vão aprovar”.

Está na hora, deputado Luiz Humberto Carneiro, deputado João Leite, deputado Antônio Jorge, deputado Bonifácio Mourão, deputado Antonio Carlos Arantes, de os outros Poderes iniciarem uma revisão no seu custeio e avaliarem um corte de cargos, um corte de cargos comissionados, para que realmente as despesas do Estado, seja com o custeio, seja com o capital, seja com a folha de pagamento, sejam atendidas em todo o seu conjunto. Não poderá haver distinção. Os servidores do Executivo não aguentam mais esse arrocho. O desgoverno do PT acabou com Minas Gerais.

Venho a esta tribuna para deixar este recado, este aviso ao Tribunal de Contas, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e também à Assembleia Legislativa.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Adalclever Lopes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores do Judiciário e do Ministério Público que acompanham o Plenário da Assembleia Legislativa, antes de mais nada, queria fazer menção ao Dia Nacional de Combate ao Fumo, 29 de agosto, e lembrar a importância da prática do esporte com relação a esta questão.

Sr. Presidente, nós queremos efetivamente que o Ministério Público tenha todas as condições de cumprir sua nobre e importante missão. Esta Casa tem com esse órgão uma relação muito próxima devido ao apoio permanente que ele deu, historicamente, a todas as iniciativas do Parlamento. Eu, especialmente, sinto-me devedor, pois, quando presidi a comissão parlamentar de inquérito que tratou do sistema penitenciário em Minas Gerais, tivemos um promotor com assento permanente em nossa comissão, ajudando-nos. Naquele momento, tivemos um sucesso muito grande que transformou, a partir de 10 novas legislações, o sistema penitenciário em Minas Gerais.

E é claro que estamos a favor de dar ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça todas as condições para cumprir esse trabalho. Quero aqui falar do respeito, do carinho dos promotores, dos procuradores, especialmente do meu irmão, meu amigo, procurador Ronald de Albergaria, a quem quero saudar. Nós nos aproximamos muito por causa dos nossos filhos, que são colegas na escola. Quero saudá-lo e, na sua pessoa, saúdo todos do Ministério Público, os procuradores, os promotores, os servidores do Ministério Público.

Na mesma linha do deputado Sargento Rodrigues, quero também solicitar ao Ministério Público empenho contra aquilo que estamos sofrendo em Minas Gerais. Srs. Procuradores, Srs. Promotores, quero lembrar o poeta Raul Seixas, quando cantou “Ei, Al

Capone, vê se te orienta. Assim dessa maneira, nego, Chicago não aguenta”. Não vamos aguentar. Temos, no governo do PT, na polícia do PT, em Minas Gerais, um gângster. O que mais tem que fazer o delegado-geral Rodrigo Bossi para que seja tomada uma atitude pela Justiça? O que o Sr. Rodrigo Bossi fará mais? Quem protegerá as pessoas desse delegado? A última dele foi num restaurante na Zona Sul de Belo Horizonte, quando o garçom demorou para entregar o seu pedido. Ele colocou o revólver na testa do garçom, num restaurante em Belo Horizonte, causando tumulto no lugar. Esse cidadão serve ao PT, serve a um partido político, persegue os adversários do PT. Tenho aqui uma mensagem do prefeito de Itajubá, cuja casa foi invadida pelo Rodrigo Bossi, por investigadores que usavam balaclava e metralhadora. O filho do prefeito, de 12 anos, desmaiou, devido a problemas na pressão. Ele mandou uma mensagem para o vereador Molina, de Itajubá, dizendo que estava feliz em saber que o vereador Molina tinha se encontrado comigo. Ele disse, entre outras referências que não quero citar, o seguinte: “Hoje minha gratidão ao deputado João Leite é familiar, transcende a política. Gostaria de estar presente com ele aí. Transmita, por favor, um grande abraço a ele. Que Deus os abençoe!”. O Ministério Público tem que tomar uma atitude contra esse gângster. Isso não é um policial, é um gângster. Ele age ao arrepio da lei. Ele age fora da lei, dentro do Estado de Minas Gerais, acobertado por um partido político, acobertado por um governo. A nossa expectativa é que o Ministério Público tome uma providência imediatamente.

Depois de muita luta, usei esta tribuna para dizer o que esse delegado fez na casa da minha tia, uma senhora de 83 anos. Ele entrou na casa dela com investigadores, com o falsário, o estelionatário-mor deste país, chamado Nilton Monteiro, que tem uma ficha de fraudes perpetradas no Brasil e não apenas em Minas Gerais. Ele entrou na casa da minha tia dizendo que ia comprar o apartamento dela. Quero agradecer à Dra. Janaína, do Ministério Público, que acautelou os bens da minha tia. A sugestão dos advogados é que eu interdite a minha tia, que está em tratamento médico contra o câncer, para que ela não perca seus bens.

Ontem mesmo tivemos de levá-la para o hospital. Morou 6 meses na minha casa. Um delegado de polícia entra na casa de uma senhora para dizer que ela tem R\$1.000.000.000,00 para receber da Samarco e que o falsário Nilton Monteiro comprará o apartamento dela. Espero uma resposta do Ministério Público, que é nossa busca pela justiça. Quem nos protegerá? Quem nos protegerá desse gângster, que atua a mando do PT em Minas Gerais, a mando de um governo? Colocar um revólver na testa de um trabalhador em Belo Horizonte? Quem deterá esse gângster? Quem vai deter esse gângster? Mandou carta para mim com ameaças. Li a carta aqui. Já temos a imagem de quem levou esse documento até meu gabinete. Ele ameaça deputado também. Nunca vi isso na minha vida. É algo impressionante. Queria que houvesse ação do Ministério Público.

Há também a invasão da Prefeitura de Moema. O prefeito Julvan Lacerda, presidente da Associação Mineira de Municípios, tem criticado o governador, que deve R\$8.000.000.000,00 aos municípios referentes à saúde. Deve o piso mineiro da assistência social. As prefeituras não têm dinheiro para sepultar um indigente porque o governo não passa o dinheiro do piso da assistência social. Esperamos uma resposta do Ministério Público. Queremos dar todas as condições para o Ministério Público exercer aquilo que é fundamental para a população de Minas Gerais.

É o pedido que faço. Não é possível mais Minas Gerais aguentar esse delegado. Ele saiu da Fraudes. Era o delegado que acompanharia o pleito eleitoral em Minas Gerais. O que o governo fez? O governo o promoveu, o levou para o maior departamento da polícia, para a homicídios. O que fez o delegado, Dr. Ronald de Albergaria? Requisitou um delegado da Fraudes, o qual está sentado ao lado dele. O que ele fez há um mês? Quer alguns documentos, e as peritas não acham validade no documento. Ele colocou duas peritas, da perícia oficial de Minas Gerais, em cárcere privado. Duas mulheres ficaram presas dentro do Departamento de Fraudes. São peritas reconhecidas e respeitadas em Minas Gerais. Cárcere privado, olhe o que o PT está promovendo e patrocinando em Minas Gerais. É um gângster. Tirem esse homem da polícia. Ele é um gângster. Não vai ter jeito para Minas Gerais, se continuarmos a suportar o crime dentro de uma polícia que deve combater o crime.

Espero uma resposta do Ministério Público de Minas Gerais. A resposta começou com a Dra. Janaína, acautelando os bens da minha tia, para que o falsário Nilton Monteiro não seja dono do apartamento dela. Espero mais, espero esse delegado, espero esse gângster fora da Polícia Civil de Minas Gerais.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Duarte Bechir – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Ricardo Faria – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos.

O deputado Hely Tarquínio – Meu voto é “sim”, presidente.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Votei “sim”, presidente.

O deputado Gil Pereira – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 5.301/2018. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.329/2018, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Duarte Bechir – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Ricardo Faria – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos.

O deputado Léo Portela – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 5.329/2018. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.909/2018, do Tribunal de Justiça, que transforma cargos do quadro de cargos de provimento em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, previsto na Lei nº 16.645, de 5/1/2007. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º

turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Duarte Bechir – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Ricardo Faria – Rogério Correia – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos.

O presidente – Votaram “sim” 36 deputados, que, somados à presença dos deputados Sargento Rodrigues e Ulysses Gomes e da presidência, totalizam 39 parlamentares. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.909/2018 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.302/2018, do governador do Estado, que dispõe sobre a autorização para não ajuizar, não contestar ou desistir da ação em curso, não interpor recurso ou desistir do que tenha sido interposto e cria a Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos no âmbito da Advocacia-Geral do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita o adiamento da discussão do projeto. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Questões de Ordem

O deputado Gil Pereira – Bom dia, presidente Adalclever Lopes; bom dia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados; bom dia, telespectadores da TV Assembleia. Hoje estou na tribuna para falar sobre uma notícia da *Folha de S.Paulo*. Infelizmente, durante anos e anos, vimos debatendo, vimos discutindo, vimos pedindo e vimos solicitando do governo federal e do governo do Estado as barragens do Rio São Francisco e a barragem de todas as interseções que precisam ser feitas no Norte de Minas. Infelizmente está aqui: “O agronegócio no Norte de Minas pena com 70% dos rios secos”. Então, subimos à tribuna para falar sobre a Barragem de Jequitaiá, em que já foram gastos mais de R\$180.000.000,00. Está faltando aporte do governo federal, mas já estão prontos 34% dessa obra. São 35 mil hectares irrigados. Cada hectare gera um emprego direto. Estamos falando de 35 mil empregos diretos e 70 mil indiretos; estamos falando de 100 mil empregos. O jornal também fala sobre a Barragem de Congonhas, na nossa Montes Claros. Fala, Sr. Presidente, sobre a falta d’água. Há empresas querendo ir para Montes Claros para gerar empregos, e infelizmente não está chegando recurso do Dnocs para a Barragem de Congonhas. A Barragem de Berizal, que, desde 1998, só tem 25% prontos, também precisa desse aporte. Conseguimos, quando eu era secretário de Estado do governador Anastasia, R\$48.000.000,00 para a Barragem Viamão por convênio com a Sedinor e com o Ministério da Integração Nacional, do então Ministro Fernando Bezerra. Essa barragem está pronta. Podem ficar 10 anos sem chover naquela região que a barragem suprirá de água o povo de Mato Verde, de Catuti, de Pai Pedro. Então, quero fazer um apelo ao governo federal, ao Ministério da Integração Nacional, ao presidente da Codevasf, ao diretor-geral do Dnocs: enviem recursos; que possam ler o jornal *Folha de S.Paulo* (– Mostra o jornal.), que apresenta a realidade do Norte de Minas e, por consequência, a do Nordeste também. Precisamos revitalizar a Bacia do São Francisco, que possui 70% da água que sai de Minas Gerais. Precisamos das intervenções, das pequenas, das médias, das grandes barragens, como é o caso de Congonhas, Jequitaiá, Berizal e de tantas outras de que a nossa região precisa. Se não houver a intervenção do Ministério da Integração, do

Ministério do Meio Ambiente, da Codevasf e do Dnocs, infelizmente a nossa região sofrerá cada vez mais com êxodo rural. E lá já temos uma coisa boa, que é a energia solar. Por meio de um projeto de nossa autoria, já há 6 plantas de 5M instaladas em nossa região, sem contar a planta de Pirapora, que é a maior da América Latina e a terceira maior do mundo, de 400M, já toda energizada – um trabalho também do nosso então governador Anastasia, com o apoio da Assembleia Legislativa. Esse projeto nosso já tem 6 plantas energizadas nas cidades de Várzea da Palma, Buritizeiro, Janaúba, Jaíba, São Francisco, Capitão Enéas e mais 12 em construção. Até o final do ano, serão mais de 20 plantas dessas, por meio de um projeto de nossa autoria, que gerará empregos diretos e energia limpa para a sociedade norte-mineira, principalmente, e todo o Estado. Quero encerrar minhas palavras, presidente Dalmo, pedindo e apelando para que o governo federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, do Dnocs e da Codevasf, libere esses recursos para concluirmos as Barragens de Jequitaiá, de Congonhas, de Berizal e as outras menores, pois estamos necessitando delas. Muito obrigado. Parabéns e vamos continuar a luta em prol do povo norte-mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Com a palavra, pela ordem, o deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir – Presidente, gostaria de, neste momento, saudar e agradecer a presença do ex-prefeito de Medina, Robson Machado, que está aqui conosco, na entrada. Lá ele é popularmente conhecido por Robinho. É um jovem muito atuante, um empresário que faz um sucesso extraordinário não só no nosso País, mas também no exterior. É um moço de uma capacidade extraordinária, que hoje nos felicita com sua presença na entrada do Plenário. É uma família de muito valor. O tio, o Josélio, já falecido, também foi prefeito. É uma família que escreveu uma história muito bonita em Medina, de muitas realizações e que continua, desde muitos e muitos anos, acreditando no potencial da região, gerando inúmeros empregos e muitas receitas para o Estado e para o município. É uma família de desbravadores que acreditaram na força do trabalho e que venceram. É muita alegria, Robinho, receber o ex-prefeito aqui. Muito obrigado pela sua presença. Saúdo a sua família e lhe agradeço, assim como agradeço ao meu chefe de gabinete, que está ao seu lado, o Dr. Jacó Soares, que me empresta a sua capacidade. Ele também é oriundo de Medina. Por último, presidente, queria dizer que a minha Santa Casa de Campo Belo, como outras santas casas do nosso Estado e do Brasil, tem passado por inúmeras dificuldades. Quero saudar a figura do nosso provedor, Aristóbulo Furtado Júnior, popularmente conhecido como Juninho do Ari. É um empresário do segmento de cerâmica que assumiu em Campo Belo a função de provedor da santa casa. Com o esforço de muitos – e me incluo entre eles –, conseguimos pagar as dívidas da santa casa e colocá-la em condições de continuar funcionando. E hoje, graças a Deus, mesmo com toda essa situação, com a falta de recursos oriunda dos governos federal e estadual, a nossa santa casa não está ameaçada de fechamento. Assim, gostaria de parabenizar o Juninho, os demais diretores e o corpo clínico da Santa Casa de Campo Belo e a todos e todas que somaram os esforços necessários para a continuação dos seus trabalhos em nossa cidade. Muito obrigado, presidente.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro, peço a palavra hoje para comentar três projetos que são de minha autoria e que ainda espero ver aprovados este ano, porque já estão em fase final de tramitação nas comissões. O primeiro, inclusive, vai a votação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a última a apreciá-lo. Esse projeto é importante porque cria e transforma a Zona da Mata mineira em polo de produção agroecológica. É uma forma de darmos a ela, que já tem essa aptidão de agricultura familiar, a característica de produtora orgânica e sem veneno e, nesse sentido, fazê-la ter uma experiência inédita em Minas Gerais, pois receberá recursos para a agroindústria voltados à produção orgânica e à agroecológica. Sendo aprovado o projeto, com certeza vamos transformar aquela região num polo de desenvolvimento para exportação de produtos agroecológicos para o mundo, pelas características de ser uma região de agricultura familiar. O relevo de lá ajuda, V. Exa. o conhece; é um relevo mais agudo, por exemplo, que o do Sul de Minas, onde V. Exa. transita muito, e, por isso, o agronegócio, as políticas de monocultura não são tão fortes lá como em outras regiões, o Triângulo e o Noroeste mineiros. Portanto o próprio relevo ajuda a cultura da agricultura familiar. Além disso, na prática uma reforma agrária já foi feita pelas próprias famílias, pela produção familiar que lá existe – e hoje a agricultura familiar avançou muito, é responsável por 70% dos alimentos que vão à mesa do povo brasileiro, não sendo diferente em Minas Gerais. Então é um projeto, presidente, muito importante para a Zona da Mata mineira. Ele já está em

fase final de aprovação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e virá depois a Plenário. Esse é o primeiro projeto para o qual eu queria pedir aprovação aos deputados. O segundo é um projeto para o semiárido mineiro, especialmente o nosso Norte de Minas, para onde também criamos uma junção de políticas públicas. O projeto vai estabelecer conselhos para avaliar a aplicação de políticas públicas no semiárido, transformando, portanto, essa região num polo de produção importante e com políticas sociais relevantes. Veja V. Exa. que são dois projetos que promovem desenvolvimento regional, e não há condições de Minas Gerais crescer sem desenvolvimento regional. Apenas a exportação de minério e a exportação de café, embora isso seja fundamental para nossa economia, não têm trazido ao Estado os recursos suficientes, em especial de ICMS, devido à famigerada Lei Kandir, criada por Fernando Henrique Cardoso, em 1993, que faz com que empresas exportadoras não coloquem dinheiro desse imposto em Minas Gerais. Isso leva a uma dívida de aproximadamente R\$135.000.000.000,00 da União com nosso estado, já que eles não fizeram a compensação pela nossa deficiência de arrecadação de ICMS, devido à Lei Kandir. Portanto, são dois projetos que vão promover o desenvolvimento regional, o que dá recurso ao Estado e renda, em especial, aos pequenos produtores. Por fim, presidente, neste minuto que me falta, não posso deixar de reclamar da Assembleia Legislativa por não termos aprovado, até agora – aprovamos no 1º turno, mas falta o 2º turno – o projeto de lei que modifica a legislação da mineração em Minas. A Samarco cometeu, com a Vale e com a BHP Billiton, um crime em Minas, com morte de pessoas e com o Rio Doce sendo inundado de lama, que foi até o mar. Fizemos uma comissão extraordinária de que fui relator aqui na Assembleia Legislativa e propusemos um projeto de lei para melhorar as condições de mineração, do ponto de vista do meio ambiente e do ponto de vista social. Não aprovamos esse projeto pela força incrível que as mineradoras conseguem ter ainda, com seu *lobby*, dentro do Parlamento, não apenas o mineiro, mas o brasileiro. Esse projeto está pronto para ser votado em 2º turno, mas não conseguimos aprová-lo. Peço encarecidamente aos deputados que a gente não termine essa legislatura sem aprovar uma nova legislação de mineração mais rígida, porque senão o crime da Samarco – foi crime, não foi acidente – continuará impune em Minas Gerais, e essas mineradoras continuarão fazendo com que as pessoas corram risco de vida e o meio ambiente corra risco de devastação. Sr. Presidente, esses três projetos são fundamentais. Peço que a gente os aprove para que a Assembleia Legislativa dê uma satisfação ao povo mineiro, em especial depois desse grave crime cometido pela Samarco, em que 20 pessoas morreram e o Rio Doce foi inundado de lama – repito. São essas as palavras que queria registrar hoje, assim como gostaria de fazer a solicitação de apoio a esses três projetos tão importantes. Obrigado.

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.909, 5.301 e 5.329/2018 (À sanção.).

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/8/2018

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do

art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a falta de repasse financeiro, por parte do governo do Estado, ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM –, que tem ocasionado, além dos já anunciados cortes de convênios, a suspensão de fornecimento de medicamentos de uso continuado. A seguir, comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 15/8/2018: ofícios dos Srs. Leandro Vilain João, diretor de Políticas de Negócios e Operações da Federação Brasileira de Bancos – Febraban; Martin Hahn, diretor da Organização Internacional do Trabalho – OIT Brasil; e Paulo Henrique de Urzeda Mota, superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal. Registra-se a presença do deputado Iran Barbosa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.380, 11.394 e 11.397/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.638/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Presidência da República, ao Ministério da Justiça, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e à 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Contagem pedido de providências para determinarem a imediata abertura de concurso público para provimento de no mínimo 3 mil cargos de policiais rodoviários federais, considerando o colapso operacional já previsto para este ano de 2018, uma vez que a falta de efetivo certamente resultará no fechamento de 124 postos policiais, o que significa 400 municípios sem policiamento, ou seja, 18 mil quilômetros de rodovias desguarnecidos;

nº 12.639/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o teor da Portaria nº 33/2018, publicada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais com fundamento na Lei nº 22.839/2018, que dispõe sobre a prática de atividades de área de competência de bombeiros militares por voluntários, profissionais e instituições civis;

nº 12.667/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências, acompanhado de áudio contendo fala do Cel. PM André Agostinho Leão de Oliveira, para que seja instaurado processo administrativo disciplinar para apuração de suposto cometimento de crimes militares previstos nos arts. 13, incisos II, IX, X, XII, XIV, XVI, XVII, XIX; 14, incisos IV, V, VIII, XII, XIX; e 15, inciso V, do Código de Ética dos Militares (Lei nº 14.310/02), e para que seja feita análise de destituição do cargo e demissão;

nº 12.669/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para determinar, com urgência, o aumento do efetivo policial do Município de Patos de Minas, onde se encontra o 10º Departamento Regional de Polícia Civil, responsável pelo atendimento de 23 municípios;

nº 12.670/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a carga horária dos agentes penitenciários do Estado, especialmente as escalas de serviço, a sobrecarga de trabalho e os abusos a que vêm sendo submetidos pela ausência de um estatuto da categoria;

nº 12.674/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais civis do Deoesp/PCMG, responsáveis pela desarticulação da maior quadrilha especializada em sequestros de gerentes de agências bancárias no Estado;

nº 12.675/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja instalada uma base móvel da PMMG no Bairro Ribeiro de Abreu, em Belo Horizonte, na confluência das Rua Espírito Santo e Antônio Ribeiro de Abreu, próximo à Escola Bolívar, de modo a intensificar o policiamento local;

nº 12.676/2018, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais e ao corregedor-geral da Polícia Civil pedido de informações sobre as razões pelas quais Marcos Valério Fernandes de Souza, que atualmente cumpre pena na Apac de Sete Lagoas, foi ouvido, em 21/8/2018, pelo delegado responsável pela Delegacia Especializada de Homicídios, em Belo Horizonte, esclarecendo-se qual apuração ensejou tal oitiva e em que qualidade o preso foi ouvido;

nº 12.686/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para que o agente de segurança penitenciário Patrício Cardoso dos Santos, Masp 1.284.408-0, seja transferido para a unidade prisional de Teófilo Otôni, ou localidade próxima, uma vez que é natural do referido município, onde seus pais e esposa residem, em casa própria, e o custo de duas moradias tem dificultado sua situação financeira;

nº 12.687/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja o mais brevemente publicado o ato de nomeação da escrivã de polícia Maria do Rosário Araújo, Masp 340.911-7, ao cargo de chefe de cartório da Delegacia de Polícia de Grão-Mogol;

nº 12.688/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para que o agente de segurança penitenciário Camilo Liesner Rodrigues, Masp 1450811-3, seja transferido para a unidade prisional de Teófilo Otôni ou para o presídio de Itambacuri ou para o Município de Malacacheta, uma vez que é o único provedor de sua família, pais e esposa, que residem em Teófilo Otôni, e pretende continuar seus estudos na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;

nº 12.689/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para que o agente de segurança penitenciário Thássio Santos Fernandes, Masp 1.454.736-8, seja transferido para a unidade prisional de Teófilo Otôni ou região próxima, como Carlos Chagas, Malacacheta e Itambacuri, uma vez que é natural da região, é filho único e deseja assegurar sua convivência familiar e retomar seus estudos;

nº 12.691/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Diretoria de Recursos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja efetuado, com urgência, o pagamento referente ao adicional de desempenho devido desde 27/6/2017 ao Cb. QPR Éverton de Assis Ferreira, que teve a publicação de sua transferência para a reserva remunerada em 2017, no BGPM nº 48, e até o momento não recebeu o percentual a que faz jus;

nº 12.693/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Procuradoria Regional Eleitoral em Minas Gerais pedido de providências, acompanhado de mídia recebida pelo deputado Sargento Rodrigues, para que sejam apurados os fatos nela constantes, referente ao suposto cometimento de crime eleitoral por parte do chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais e do Sr. Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo, ex-policia militar e candidato nas próximas eleições;

nº 12.694/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado de mídia recebida pelo deputado Sargento Rodrigues, para que sejam apurados os fatos nela constantes, referente ao suposto uso político das polícias do Estado em favor do atual governo de Minas Gerais e, ainda, de supostas ações e intenções criminosas por parte do chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais e do Sr. Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo, ex-policia militar e candidato nas próximas eleições;

nº 12.695/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado de mídia recebida pelo deputado Sargento Rodrigues, para que sejam apurados os fatos nela constantes, referente ao suposto uso político das polícias do Estado em favor do atual governo de Minas Gerais e, ainda, de supostas

ações e intenções criminosas por parte do chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais e do Sr. Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo, ex-policial militar e candidato nas próximas eleições;

nº 12.696/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proibição contida no Ofício-Circular nº 3.309/2018, da Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais, entre outros regramentos, de os policiais militares do Estado estacionarem seus veículos particulares dentro das unidades da PMMG, caso tenham propaganda eleitoral neles afixada, em flagrante desrespeito aos direitos constitucionalmente assegurados de propriedade, de ir e vir e de liberdade de manifestação do pensamento, para a qual seja convocado o Cel. PM Emerson Mozzer, corregedor da PMMG.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom; o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS PM/BM-MG; e o Ten.-Cel. PM Norberto Rômulo Russo, presidente da Associação dos Militares Estaduais Mineiros – Ame-MG. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Celinho do Sinttrocel e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 4/9/2018, às 14h15min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2018.

João Leite, presidente.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 30/8/2018, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Evaldo Ferreira Vilela, presidente da Fapemig, encaminhando a prestação de contas da fundação referente ao segundo trimestre de 2018. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de filial da CEF, informando a extinção do Contrato de Repasse nº 841410/2016, por não atendimento de cláusulas suspensivas. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, notificando crédito de recursos financeiros, em 20/7/2018, na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0264640-00/2008, firmado em 19/8/2008, no âmbito do programa Brasil Esporte de Alto Rendimento. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, notificando crédito de recursos financeiros, em 31/7/2018, na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 838517/2016, firmado em 28/12/2016, no âmbito do programa Justiça, Cidadania e Segurança Pública. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.605/2017, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.661/2017, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.986/2017, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.313/2018, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.314/2018, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.589/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.590/2018, da Comissão da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.624/2018, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.646/2018, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.800/2018, do deputado Fábio Cherem. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.824/2018, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.899/2018, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Da Sra. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legisltiva da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.920/2018, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.963/2018, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.964/2018, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.020/2018, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.150/2018, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.055/2018, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.058/2018, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.173/2018, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.178/2018, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.205/2018, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.225/2018, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rodrigo Lucas, assessor de gabinete da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.686/2018, do deputado João Leite. (– Anexe-se ao referido requerimento.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/8/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Elder José Piantino, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

exonerando Paulo Henrique Basilio Santana, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

exonerando Ricardo Miana, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge;

exonerando Walter Joaquim Teixeira de Moura, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

nomeando Inácio Messias Crescencio Barbosa, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge;

nomeando Robson Rezende, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22/8/2018, a servidora Maria Telma Costa Oliveira Hahn, CPF nº 598.819.176-20, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-56, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 1/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 91/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 4/10/2018, às 9 horas, tomada de preços tendo por finalidade a contratação de sociedade empresária especializada para elaboração de projeto de reforma da fachada do Edifício Tiradentes e serviços de consultoria.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 66/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 136/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alteração efetuada no item 1.2.5 do edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de pastas timbradas, a sessão pública virtual fica adiada para as 15h30min do dia 19/9/2018.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 76/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 152/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 18/9/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de cartuchos de tinta para impressoras.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/8/2018, na pág. 32, onde se lê:

“Ocimar Carmo Silva”, leia-se:

“Ocimar Carmo da Silva”.